



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2008 – 2012

Porto alegre, quarta-feira, 21 de dezembro de 2007
DAF/PREVIMPA

ÍNDICE ANALÍTICO

1. INTRODUÇÃO	3
2. METAS	4
2.1. Atuarial	4
2.2. Gerencial	4
3. ESTRUTURAS DE GESTÃO DE ATIVOS	5
3.1. Formas de Gestão	5
3.2. Definição da Aplicação Recursos	5
3.3. Precificação e Custódia	6
3.4. Política de Transparência	6
3.5. Classificação do Risco de Crédito	6
4. DIRETRIZES DE APLICAÇÃO	7
4.1. Cenário Econômico	7
4.1.1. Inflação	8
4.1.2. Atividade Econômica	8
4.1.3. Expectativas e Sondagens	9
4.1.4. Mercado de Trabalho	9
4.1.5. Crédito e Inadimplência	10
4.1.6. Ambiente Externo	11
4.1.7. Comércio Exterior e Reservas Internacionais	11
4.2. Composição e Desempenho Investimentos PREVIMPA	12
4.3. Projeções: Curto, Médio e Longo Prazo	14
4.4. Orientação de Investimentos	16
4.5. Operações de Renda Fixa NÃO permitidas	18
4.6. Operações em Renda Variável	19
4.7. Vedações	19
4.8. Aplicações no Mercado Imobiliário	19
5. DISPOSIÇÕES GERAIS	20

1. INTRODUÇÃO

A política de investimentos do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA tem como objetivo estabelecer as diretrizes a serem observadas na aplicação dos seguintes recursos financeiros:

- contribuições dos servidores e do Município, para aqueles servidores que vierem a ingressar ou que ingressaram em cargo de provimento efetivo no Município a partir de 10 de setembro de 2001, em conformidade com o inciso II da art. 94, de Lei Complementar nº 478/02;

- reserva garantidora do pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município sob o regime de repartição simples, prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004.

Os critérios, procedimentos e limites estabelecidos para aplicação dos recursos financeiros administrados pelo PREVIMPA, deverão ser selecionados de acordo com a Resolução do Banco Central nº 3506, de 28 de outubro de 2007, ou a que venha a substituí-la, bem como, adequados às características do plano de benefício definido e suas obrigações futuras, e também buscando atingir ou superar a meta atuarial de rentabilidade definida. Deverá ser sempre observado o equilíbrio dos ativos com as obrigações do passivo atuarial.

Este documento estabelece as maneiras como os ativos do PREVIMPA devem ser investidos e foi preparado para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade.

A política possui um horizonte mínimo de 60 (sessenta) meses, com revisões anuais e monitoramento a curto prazo. A data limite de aprovação deste documento é 31 de dezembro de 2007.

METAS

1.1. Atuarial

Os recursos financeiros administrados pelo PREVIMPA deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno superior ao **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mais 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequada ao atendimento dos compromissos atuariais.

A escolha do IPCA deve-se ao fato de que a política salarial do Município, nos últimos três anos, vem sendo balizada por esse índice.

Como parâmetro adicional os investimentos do PREVIMPA deverão ser medidos em relação ao **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mais 6% a.a., freqüentemente utilizado no cálculo atuarial.

IPCA 2008–Projetado (*)	4,10%
INPC 2008–Projetado (*)	4,10%
Meta atuarial IPCA	10,35%
Meta atuarial INPC	10,35%

(*) Projeção Relatório FOCUS – BACEN – Mediana/Aggregado - dia 30/11/07

1.2. Gerencial

Com relação à meta gerencial, a composição da carteira de investimentos e o atual cenário econômico corroboram para o estabelecimento de **100% da Taxa Referencial SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) fixada pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) do Banco Central do Brasil.**

Meta Taxa SELIC – Projetada – Fim de Período	10,25%
Meta Taxa SELIC – Projetada – Média do Período	10,78%

(*) Projeção Relatório FOCUS – BACEN – Mediana/Aggregado - dia 30/11/07

3. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

3.1. Forma de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na legislação (*inciso I, §1º, art. 21 da Resolução BACEN nº 3506/07*), a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo PREVIMPA será realizada por **gestão própria**.

3.2. Definição da aplicação de recursos

Conforme determina a Instrução nº 04, de 05 de julho de 2006, do Diretor-Geral do PREVIMPA, a competência para definir a aplicação dos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência Social é do **Comitê de Investimentos**. Sua atuação se pautará na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e fica limitada às determinações desta Política, a ser aprovada pelo Conselho de Administração.

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **risco de mercado** - corresponde a incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras na condição de mercado, tais como os preços de um ativo, taxas de juros, volatilidade de mercado e liquidez;
- **risco de crédito** – são os mais tradicionais no mercado financeiro e correspondem a “possibilidade de uma obrigação (principal e juros) não vir a ser honrada pelo emissor/contraparte, na data e nas condições negociadas e contratadas”;
- **risco de liquidez** – é resultante da ocorrência de desequilíbrios entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis, ou seja, o “descasamento” entre os pagamentos e recebimentos. Esta situação afeta a capacidade de pagamento da instituição.

A fim de minimizar tais fatores por meio de metodologias de acompanhamento e avaliação dos investimentos específicos, sugere-se a capacitação dos servidores envolvidos na atividade de gestão, dos membros do Comitê de Investimentos, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Recomendam-se, ainda, estudos visando à criação de uma área específica de investimentos dentro do PREVIMPA, bem como a readequação de suas rotinas.

3.3. Precificação e Custódia

Os títulos públicos integrantes da carteira do Regime Próprio de Previdência Social serão registrados contabilmente e terão seus valores ajustados pela **marcação a mercado**, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Ministério da Previdência Social - MPS. A carteira própria de títulos públicos do PREVIMPA será custodiada pelo **Banco do Brasil**, considerando a negociação e o acerto pelo não pagamento de despesas com o serviço de custódia.

3.4. Política de Transparência

As informações relevantes referentes à gestão financeira do PREVIMPA, com destaque para seu desempenho, serão disponibilizadas na página da Internet do Departamento, acessada por meio da página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com atualização pelo menos mensal, e canal de acesso (*e-mail*) para esclarecimento de dúvidas, sugestões e fiscalização por parte dos contribuintes, servidores e cidadãos.

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas a todos os interessados, no prazo de trinta dias, constados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

No mínimo será providenciada a inclusão da íntegra da política anual de investimentos na página do PREVIMPA na Internet, publicação dos itens relevantes no Diário Oficial do Município e envio por e-mail para servidores ativos, e mensagem no contracheque para aposentados e pensionistas sobre possibilidade de consulta das informações da política no site do PREVIMPA.

3.5. Classificação do risco de crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do PREVIMPA que exijam classificação do risco de crédito das emissões e dos emitentes (*instituições financeiras*) a decisão será fundamentada no mínimo em duas **classificações de risco (rating) baixo**, atribuídas por entidades legalmente autorizadas a realizar tal atividade.

4. DIRETRIZES DE APLICAÇÃO

4.1. Cenário Econômico

Foi utilizado como parâmetro para formulação das diretrizes de aplicação dos recursos para o ano de 2008, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação – Setembro de 2007 (publicação trimestral do Comitê de Política Econômica - COPOM), além de atas de reuniões daquele Comitê e cenários de diversas instituições financeiras, analistas e economistas, sendo que tais informações foram compiladas, conforme apresenta-se abaixo:

“Em análise da evolução recente e suas perspectivas para economia brasileira e para a economia internacional o COPOM reafirma diagnóstico, de que, além de conter as pressões inflacionárias de curto prazo, a política monetária tem contribuído de maneira importante para a consolidação de ambiente macroeconômico favorável em horizontes mais longos”.

Os dados referentes à atividade econômica indicam que o ritmo de expansão da demanda continua bastante robusto, podendo elevar a probabilidade de observarmos pressões significativas sobre a inflação no curto prazo.

O crescimento das importações e o comportamento benigno do investimento têm contribuído para retardar esse processo, permitindo que os efeitos inflacionários do crescimento sustentado da demanda agregada continuem sendo moderados. Além disso, a despeito da maior incerteza sobre a continuidade do rápido crescimento da economia internacional observado nos últimos anos e da volatilidade que vem caracterizando os mercados globais nos últimos meses, as perspectivas de financiamento externo para a economia brasileira no horizonte de projeção sugerem, com as informações disponíveis no momento, que o balanço de pagamentos não deve apresentar risco iminente para o cenário inflacionário.

Por outro lado, estão emergindo sinais que podem apontar para a intensificação de riscos inflacionários em escala global, como indica comportamento dos preços de certas matérias primas. Dessa forma, ainda que permaneçam consistentes com a trajetória de metas, as perspectivas para a inflação estão cercadas por maior incerteza. O COPOM enfatiza que o principal desafio da política monetária nesse contexto é garantir a consolidação dos desenvolvimentos favoráveis que se antecipam para o futuro.

Há defasagens importantes entre a implementação da política monetária e seus efeitos sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Desde o início do ciclo de flexibilização da política monetária, em setembro de 2005, a taxa de juros básica já foi reduzida em 850 p.b., sendo que parcela substancial da redução ocorreu nos últimos nove meses. Assim, parte importante dos efeitos dos cortes se refletiu no nível de atividade, e tampouco os efeitos da atividade sobre a inflação tiveram tempo de se materializar. Dessa forma, a avaliação de decisões alternativas de política monetária deve concentrar-se, necessariamente, na análise do cenário prospectivo para a inflação e nos

riscos a ele associados, em vez de privilegiar os valores correntes observados para essa variável.

4.1.1. Inflação

O IPCA variou 0,30% em outubro de 2007, ante 0,18% em setembro de 2007, acumulando aumentos de 3,29% no ano e de 4,12% em doze meses.

O IPCA de novembro de 2007 deve apresentar inflação de 0,30%, o mesmo patamar de outubro, mas subindo perante o IPCA-15 de novembro 0,23%. A aceleração da inflação decorre da redução da queda dos preços dos laticínios e da forte alta das carnes, pressionando o grupo alimentação.

O item transportes também deve favorecer a elevação do índice, pressionando pelos maiores preços dos combustíveis em razão do aumento do álcool.

O IGP-M cresceu 1,05% em outubro de 2007 ante 1,29% em setembro, acumulando 5,15% no ano e 6,28% em doze meses.

As diversas medidas de núcleo de inflação mostraram quedas na comparação mensal e relativa estabilidade nas variações em doze meses.

A inflação corrente permanece comportada, contribuindo para que as expectativas inflacionárias permaneçam correndo abaixo da meta oficial.

A expansão dos investimentos deve tornar mais equilibrada a evolução de demanda e oferta nos meses vindouros, diminuindo os riscos de pressões inflacionárias decorrentes dos avanços da demanda.

4.1.2. Atividade econômica

O desempenho das vendas no varejo tem refletido a continuidade do crescimento da massa salarial e das melhores condições de crédito, além de efeitos regionalizados decorrentes da recuperação do setor agrícola e dos programas assistenciais do governo. De janeiro a julho de 2007, relativamente a igual período do ano anterior, a expansão do volume de vendas no comércio varejista atingiu 9,7% e no comércio varejista ampliado, que inclui as atividades veículos, motos, partes e peças e material de construção, 13,6%.

Em relação aos indicadores de investimento, dados dessazonalizados mostraram crescimentos mensais respectivos de 0,1% e 4% nas produções de insumos da construção civil e de bens de capital, em agosto, e de 12,2% nas importações de bens de capital. No ano, até agosto, esses indicadores registraram crescimentos de 4,2%, 17,6% e 33%, na mesma ordem. Considerando a produção doméstica de bens de capital nesse período, destacaram-se os acréscimos de 42,5% na fabricação de equipamentos agrícolas; 19,7% para energia elétrica; de 19,1% de industriais seriados; de 15,9% para construção; e de 15,3% para transportes.

A produção da indústria brasileira cresceu 1,3% em agosto, em relação ao mês anterior, após ajuste sazonal, atingindo novo patamar recorde na série histórica

e evidenciando o caráter pontual da queda observada em julho. A produção industrial aumentou 6,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior, acumulando altas de 5,3% no período de janeiro a agosto e de 4,5% em doze meses.

A análise desagregada da atividade industrial mostrou que, em agosto, das 26 atividades com séries ajustadas sazonalmente, dezessete apresentaram crescimento, destacando-se, pela ordem de contribuição no resultado, alimentos, veículos automotores, máquinas e equipamentos, material eletrônico e equipamentos de comunicação. As principais influências negativas decorreram das quedas no setor de edição e impressão e na indústria farmacêutica.

A produção nacional de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) deverá atingir 133,3 milhões de toneladas, 14% acima da safra do ano anterior, em decorrência das boas condições atmosféricas e do incentivo à produção advindo da elevação dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. Na comparação com a safra 2005/2006, os aumentos mais significativos deverão ocorrer nas produções de trigo (62,1%), caroço de algodão (32,9%), milho (21,3%) e soja (11,3%), e as quedas nas produções de arroz e de feijão, 3,7% e 1,8%, respectivamente.

4.1.3. Expectativas e sondagens

De acordo com a Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que abrange cerca de dois mil domicílios em sete das principais capitais do País, o ICC (*índice de Confiança do Consumidor*) manteve-se praticamente estável em setembro, 109 pontos ante 109,3 pontos em agosto. Esse resultado decorreu da combinação de avaliações menos favoráveis sobre a situação atual com expectativas mais otimistas para os próximos meses.

Ainda segundo a FGV, o índice de Confiança da Indústria (ICI) passou de 121,9 em agosto para 123,1 em setembro de 2007, atingindo novo patamar recorde da série iniciada em abril de 1995. O ICI cresceu 11,9% em relação a setembro de 2006 e acumulou expansão de 11,8% de janeiro a setembro de 2007, relativamente a igual período de 2006. Dos quesitos integrantes do ICI relacionados à situação presente, o maior avanço nos últimos doze meses ocorreu na avaliação sobre o nível de demanda, influenciada principalmente pelo mercado interno. Em relação às expectativas para os próximos três meses, 37% das empresas prevêem aumento da contratação de pessoal, e 6%, redução.

4.1.4. Mercado de Trabalho

As condições do mercado de trabalho são vistas como o mais importante suporte para o consumo no momento, e nas novas avaliações dos empresários sobre a evolução da atividade econômica recente.

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil em outubro de 2007 ficou em 8,70%, registrando uma variação negativa de 0,30%

em relação a setembro -- considerada como estabilidade pelo IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*). Trata-se da terceira menor taxa registrada desde o início da série nova do IBGE (março de 2002).

Em relação a outubro de 2006, houve queda de 1,10 ponto percentual no nível de desemprego.

Em relação a setembro, as taxas das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre tiveram recuo --ficando em 6,50% (queda de 0,7 ponto percentual) e 6,30% (queda de 0,8 ponto percentual) respectivamente.

O contingente de pessoas desocupadas, de 2 milhões de pessoas, caiu 3,40% em comparação com outubro nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. O rendimento real da população ocupada, de R\$ 1.123,60, subiu 0,50% em relação a setembro, e 1,20% em comparação com outubro de 2006.

A população ocupada (21,3 milhões) ficou estável em relação a setembro. No comparativo a outubro de 2006, houve crescimento de 3,10%.

4.1.5. Crédito e inadimplência

O saldo dos empréstimos do sistema financeiro atingiu R\$ 841,5 bilhões em agosto, representando 33,1% do PIB. No mês, a expansão atingiu 2,9%, acumulando crescimentos de 14,9% no ano e de 24,8% em doze meses.

A taxa média ativa de juros incidente sobre as operações de crédito referencial atingiu 35,7% a.a. em agosto, a menor da série histórica, situando-se 6,2 p.p. abaixo da verificada em agosto de 2006. Nas operações com pessoas físicas, a taxa média de juros atingiu 46,6% a.a., ante 53,9% a.a. no mesmo mês de 2006. Nos empréstimos contratados com as pessoas jurídicas, a taxa média de juros registrou redução de 4,8 p.p. em doze meses, atingindo 23,1% a.a.

A taxa de inadimplência das operações de crédito referencial com atraso superior a noventa dias alcançou 4,7% em agosto, permanecendo estável nos últimos três meses, e 0,3 p.p. abaixo da observada em agosto de 2006. Por segmentos, a taxa relativa às pessoas jurídicas, 2,4%, ficou estável no mês e recuou 0,2 p.p em doze meses. Nas operações com pessoas físicas, a taxa de inadimplência atingiu 7,2% em agosto, 0,4 p.p. inferior à verificada no mesmo mês de 2006.

A taxa líquida de inadimplência no comércio, calculada pela ACSP (*Associação Comercial de São Paulo*), atingiu 5,2% em setembro, ante 5,1% no mesmo mês do ano anterior e 5,3% na média de 2006.

4.1.6. Ambiente externo

Os negócios no mercado financeiro internacional superaram os níveis de estresse que marcaram as negociações em julho e agosto, absorvendo, momentaneamente, as inquietações provocadas pela crise no mercado de hipotecas de segunda linha nos EUA. Após as intervenções dos bancos centrais por meio de operações no mercado aberto, injetando recursos de curto prazo para regular a liquidez e diminuir a volatilidade das taxas de juros, destacou-se a atuação do Federal Reserve (Fed) que, em suas reuniões já reduziu em 75 pontos base na taxa dos fed funds, estando atualmente no patamar 4,50% a.a.

O corte contribuiu para a melhora das condições financeiras nos mercados de diversos ativos, embora não haja consenso sobre a intensidade dos efeitos dessa crise na economia real norte-americana e, por extensão, na economia global.

Por sua vez, a recuperação dos preços das commodities (*nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, petróleo, etc*) volta a alimentar as dúvidas quanto às pressões inflacionárias desencadeadas pelos preços da energia e dos alimentos. As recentes quedas nos índices de confiança dos consumidores já captam o sentimento desses efeitos sobre as intenções de consumo. A despeito do atual recuo da inflação nos países desenvolvidos, os bancos centrais continuam preocupados com esses riscos inflacionários e gradualmente tenderão a voltar a priorizar o combate inflacionário na gestão de suas políticas monetárias.

4.1.7. Comércio exterior e reservas internacionais

No período de janeiro a setembro de 2007, o comércio exterior brasileiro manteve-se em expansão, registrando valores recordes nas exportações e nas importações. No ano, o superávit comercial atingiu US\$ 30,9 bilhões, acumulando US\$ 43,2 bilhões em doze meses.

As reservas internacionais totalizaram US\$ 163 bilhões em setembro, com aumentos de US\$ 1,9 bilhões no mês e de US\$ 77,1 bilhões no ano.

4.2. Composição e desempenho dos Investimentos do PREVIMPA (*)

RENDA FIXA

TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

	Valores 31/10/07	%	2006	2005
LFT	4.180.304,07	5,43%	9,60%	68,31%
LTN	9.824.164,16	12,76%	-	-
NTN-B	35.010.787,65	45,48%	31,72%	-
NTN-C	17.782.887,54	23,10%	31,40%	19,21%
Subtotal Títulos	66.798.143,42	86,76%	72,72%	87,52%

FUNDOS INVESTIMENTOS

Fundo Patrimonial	-	-	23,31%	0,00%
Fundo RP RS RF	4.200.302,70	5,46%	-	-
Fundo RP BRASIL RF	514.785,82	0,67%	3,97%	-
Fundo RP Próprio II RF	2.957.398,37	3,84%	-	12,48%
Subtotal Títulos	7.672.486,89	9,97%	27,28%	12,48%
TOTAL RENDA FIXA	74.470.630,31	96,73%	100,00%	100,00%

RENDA VARIÁVEL

Fundo Ações Performance	1.968.605,75	2,56%	-	-
Fundo Ações Infra	549.258,29	0,71%	-	-
Subtotal Fundos de ações	2.517.864,04	3,27%	0,00%	0,00%
TOTAL DE RENDA VARIÁVEL	2.517.864,04	3,27%	0,00%	0,00%

•TOTAL GERAL **76.988.494,35** 100,00% 100,00% 100,00%

(*) Os recursos financeiros estão aplicados nos bancos: CAIXA (Caixa Econômica Federal), BANRISUL e BB (Banco do Brasil)

Tabela 1 – Composição dos Investimentos do PREVIMPA – Fonte: UFIN/PREVIMPA

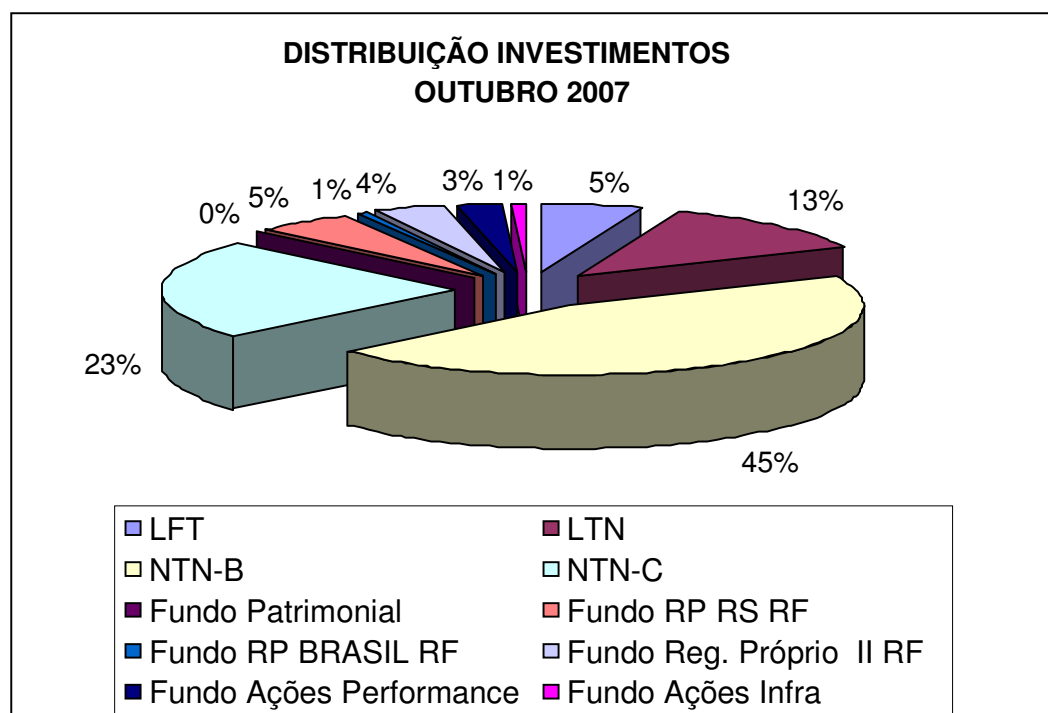


Gráfico 1 – Distribuição Investimentos PREVIMPA – Fonte: UFIN/PREVIMPA

CÁLCULO ATUARIAL JUNHO 2005 A MAIO 2006

TIR (*) PREVIMPA	18,08%
META ATUARIAL	8,92%
RETORNO ACIMA DA META	8,42%

CÁLCULO ATUARIAL MAIO 2006 A ABRIL 2007

TIR (*) PREVIMPA	17,19%
META ATUARIAL	9,65%
RETORNO ACIMA DA META	7,51%

(*) Taxa interna de retorno dos investimentos do PREVIMPA

Tabela 2 – Rentabilidade dos investimentos apurada através do cálculo atuarial

Fonte: CSM - Consultoria Atuarial - Consultoria e Seguridade Municipal – Cálculo atuarial PREVIMPA 2006 E 2007

O PREVIMPA no mês de outubro de 2007 registra um patrimônio de capitalização de aproximadamente R\$ 77 milhões, sendo que os recursos encontram-se aplicados, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional – Série B que correspondem a 45% do patrimônio e que são títulos pós-fixados, rendem juros reais mais a oscilação do IPCA. Houve diminuição dos recursos financeiros em fundos de investimentos de renda fixa 10%, ante 27% em 2006.

Em tendência já registrada na política de investimentos anterior constata-se decréscimo nas aplicações em LFT (*Letra Financeira do Tesouro Nacional*) que passaram a representar 5% do montante aplicado, ante 10% no ano de 2006 e 68% no ano 2005.

Diversificação dos títulos públicos com a aplicação de 13% do patrimônio em LTN (*Letra do Tesouro Nacional*) - papel pré-fixado com vencimento em 01/01/2008.

Como fato relevante no ano de 2007 devemos destacar a aplicação de 3,27% do patrimônio da entidade nos fundos de ações. A aplicação atendeu à estratégia de alocação de recursos definida pela política de investimentos para o período de 2007/2011.

A taxa interna de retorno dos investimentos do PREVIMPA, segundo o parecer atuarial do ano de 2007, correspondente ao período de maio/06 a junho/07, novamente manteve-se acima da meta atuarial, o que já havia ocorrido no período analisado anteriormente.

A rentabilidade obtida foi de 17,1881% no período, ou 1,3305% ao mês. Ao se considerar o INPC como um parâmetro medidor da inflação para o período analisado e se adicionar o juro da capitalização, obtém-se 9,65% (3,4405% e 6% respectivamente). Portanto, a taxa de retorno encontrada está superior ao índice mínimo para o período considerado.

As obrigações atuais do PREVIMPA com o pagamento de benefícios relativos ao grupo de servidores da capitalização é da ordem de R\$ 2.431,24 mensais, referente a dois benefícios de pensão (4 pensionistas) e 1 aposentadoria.

4.3. Projeções: Curto, Médio e Longo Prazo

Indicador	2005 (Efetivo)	2006 (Efetivo)	2007	2008	2009	2010	2011
INPC	5,05	2,81	4,35	4,10	4,00	4,00	4,00
IPCA	5,69	3,14	3,96	4,10	4,00	4,00	4,00
IGP-M	1,20	3,84	6,26	4,20	4,10	4,00	4,00
SELIC Final	18,00	13,25	11,25	10,25	9,50	9,00	8,50
Câmbio Final	2,34	2,14	1,75	1,80	1,93	2,00	2,06
PIB	2,28	3,70	4,70	4,30	4,06	4,05	4,00

Tabela 3 - Projeções: Expectativas de Mercado – Dia 30/11/2007 (Mediana)

Fonte: Banco Central

Após avaliação da nota divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) por ocasião de sua 131ª reunião, realizada nos dias 04 e 05 de dezembro de 2007, que manteve a taxa básica de juros em 11,25% por duas reuniões seguidas, especialistas e investidores interpretam que o ciclo de manutenção da SELIC será mais longo do que o esperado.

As razões para a decisão do COPOM estariam na atividade econômica forte, defasagem nos mecanismos de transmissão da política monetária e instabilidade externa. Há necessidade de análise quanto à compatibilidade do crescimento com a meta de inflação. O juro real está em 7,01% ao ano.

Para 2008, as expectativas do mercado indicam retomada do processo de redução da SELIC, contudo em percentuais menores e principalmente no segundo semestre do ano.

A taxa de inflação em 2008 medida pelo IPCA deverá manter-se consistente com a meta fixada pelo Governo, cujo ponto central é 4,5% a.a.

Segundo dados da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*) no segundo trimestre deste ano, o Brasil cresceu 5,4%, na comparação com 2006, número acima da média obtida pelos 30 países-membros daquela organização, entre eles, economias como o Estados Unidos, Reino Unido e Japão, que cresceram 2,5% entre abril e junho, em relação mesmo período do ano passado.

Um levantamento das principais economias mundiais publicado na revista “The Economist” indica, entretanto, que o Brasil permanece atrás da China, que cresceu 11,9% no segundo trimestre de 2007, e da Índia (9,3%).

Alavancada pela indústria e pelo setor de serviços, a expansão do PIB brasileiro alimenta as expectativas de que o país consiga terminar o ano com um crescimento em torno de 5%, como deseja o Governo.

No ano passado, a economia brasileira cresceu 3,7%, número que suscitou críticas de que o país não havia aproveitado o bom momento da economia mundial para acelerar seu crescimento, a exemplo do que fizeram China, Índia e Rússia.

O superávit primário do setor público não financeiro acumulado até julho de 2007 alcançou R\$ 79,6 bilhões, equivalente a 5,58% do PIB (Produto Interno Bruto), sugerindo o cumprimento da meta de superávit estabelecida para o ano que como o novo cálculo PIB passou de 4,5% para **3,7%**. O superávit acumulado nos últimos doze meses alcançou 4,37% do PIB.

Em 2008, a meta do superávit primário está fixada em 3,8% do PIB. Essa meta é compatível com a gradual queda da relação dívida líquida do Governo Federal como proporção do PIB.

A dívida mobiliária federal, avaliada pela posição de carteira, alcançou R\$ 1.171,1 bilhões, em julho 2007, representando 47% do PIB.

A composição da dívida mobiliária federal seguiu apresentando crescimento na participação de títulos pré-fixados e indexados a índices de preços, em detrimento de títulos indexados à taxa over Selic.

A DLSP (*Dívida Líquida do Setor Público*) totalizou **44,4%** do PIB, em julho de 2007, reduzindo-se 0,5 p.p. em relação a dezembro de 2006 e menor em relação a dezembro de 2005 (**51,5%**), consolidando tendência de queda observada desde 2003.

Em relação à participação por indexador na dívida líquida, assinala-se, ao longo de 2007, o crescimento da representatividade de títulos prefixados e vinculados a índices de preços, que em outubro de 2007 representavam, conjuntamente, **61,27%** do total, ante **58,6%** em 2006, **44%** em 2005 e **30,7%** em 2004.

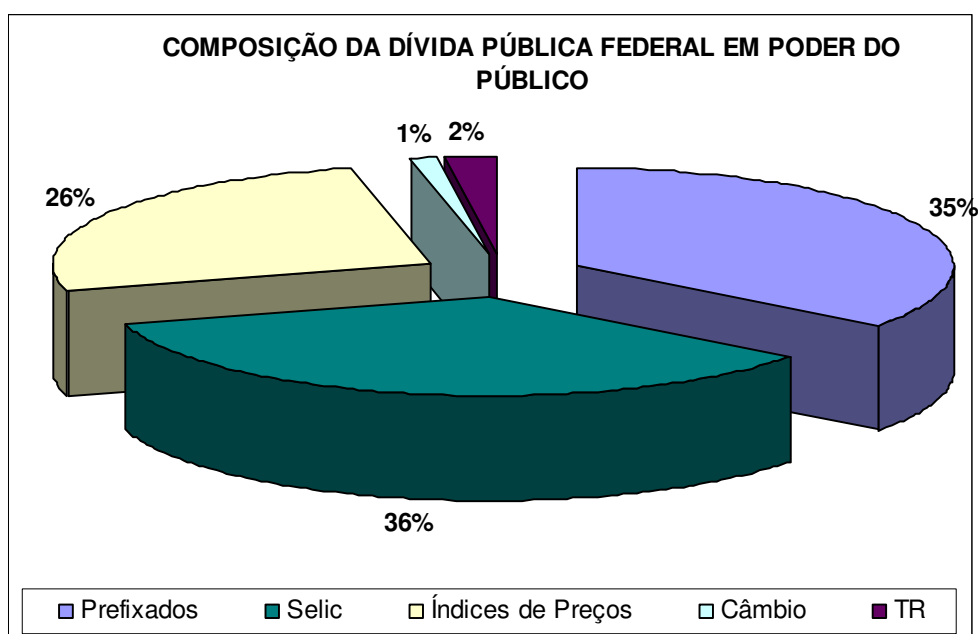


Gráfico 2 - Composição da DPF em poder do público – Fonte: Relatório Mensal da DPF-Out/07 – Secretaria do Tesouro Nacional

4.4. Orientação de Investimentos

Neste contexto, propõe-se adotar o limite de no mínimo 85% e no máximo 97% das aplicações, no segmento de renda fixa, enquadrado nos limites permitidos pela Resolução BACEN nº 3506/2007, eis que se trata de carteira cujo risco é soberano.

Dada a queda da taxa de juros SELIC a compra de títulos públicos indexados a índices de inflação (*NTN-B e NTN-C*) continuarão a pautar os investimentos para o ano de 2008.

Há tendência dos investidores em aplicar nos **títulos prefixados** (*LTN e NTN-F*), considerando ser esta uma forma de obtenção de melhor rentabilidade em renda fixa, embora represente assumir maior risco de mercado, devendo a aplicação neste título considerar o cenário prospectivo da inflação e a meta atuarial a ser cumprida até seu vencimento.

Há previsão na política de investimentos para 2008 da possibilidade de aplicação de até 5% em fundos de investimentos previdenciários de renda fixa que poderão conter além de títulos públicos federais, também títulos privados (*certificados de depósito bancário (CDBs), letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário*) com classificação (*rating*) de baixo risco de crédito.

Em relação à renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, **cumulativamente**, não poderão exceder a 30% da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, o PREVIMPA poderá aplicar até 15%, sendo relevante observar que os investimentos poderão ocorrer em relação a:

- fundos de investimentos **previdenciários** classificados como **ações**;
- fundos de investimentos em **ações**;
- **fundos de investimentos classificados como multimercado**,

Neste ano, os fundos multimercados, caracterizados por poderem aplicar em diferentes segmentos, como ações, câmbio e títulos que pagam juros, bateram os resgates em R\$ 31,05 bilhões até o fim de novembro. Os fundos de ações apareceram em seguida, com captação líquida de R\$ 18,29 bilhões. Já os fundos referenciados ao DI (*Depósito Interfinanceiro*), que acompanharam a oscilação dos juros, representando menores riscos de perdas, tiveram saques líquidos de R\$ 11,55 bilhões em 2007.

As taxas de administração dos fundos de investimentos costumam oscilar entre 1% e 4% ao ano.

A retomada pela BOVESPA de seus maiores patamares históricos deve elevar o interesse pelos investimentos em ações, contudo deve haver cuidado com o mercado acionário, eis que estando a BOVESPA em seu quinto ano consecutivo de alta, são maiores as possibilidades de atravessar um período de realização de lucros.

Em novembro de 2007 a Bolsa marcou na última semana uma nova máxima histórica, ao fechar em 65.790 pontos, sendo que o IBOVESPA Médio acumulava ao ano em final de novembro 42,54%.

Propõe-se como regra a diversificação das aplicações do PREVIMPA, a fim de minimizar os efeitos causados por desempenhos indesejáveis num ou outro segmento de aplicação.

As aplicações realizadas pelo PREVIMPA passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de quotas de fundos de investimento, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada.

Estes investimentos serão controlados através de uma valorização diária da carteira consolidada e por aplicação, e constantemente serão avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos da carteira própria.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a otimizar o retorno da carteira e minimizar riscos.

Em resumo, os investimentos do PREVIMPA em 2008, seguiriam a seguinte distribuição:

Alocação dos recursos	Margem de alocação	
	Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	85%	97%
Títulos Públicos Federais	85%	97%
Fundos referenciados em renda fixa	0%	25%
Fundos de renda fixa	0%	25%
Fundos de investimentos previdenciários	0%	5%
Poupança	0%	0%
Fundos de investimentos em direitos creditórios	0%	5%
Renda Variável	3%	15%
Fundos de investimentos previdenciários ações	0%	5%
Fundos de investimentos ações	3%	15%
Fundos de investimentos multimercado	0%	3%

Tabela 4 – Distribuição investimentos 2008-2012 elaboração DAF/PREVIMPA

4.5. Operações de Renda Fixa NÃO permitidas:

- a) aquisição de títulos federais indexados ou pós-fixados, exceto aqueles indexados a índices de preço, com vencimento acima de 5 anos, contados a partir da data de aquisição;
- b) aplicação em títulos de emissão dos estados e dos Municípios diretamente ou indiretamente através de fundos que tenham na sua composição referidos títulos;
- c) aquisição de cotas de fundos de investimento, sem prévia avaliação do regulamento e composição da carteira.

4.6. Aplicações em Renda Variável

Arbitramos, neste momento, a possibilidade de aplicação, até o limite de 15% da totalidade dos recursos em moeda corrente do regime próprio de previdência social.

4.7. Vedações

- a) aplicar os seus recursos em cotas de fundos de investimento, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposições superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido, exceção fundos de investimentos multimercado;
- b) realizar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, exceção fundos de investimentos multimercado;
- c) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução BACEN nº 3506/2007;
- d) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma, e em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados;
- e) as aplicações em cotas de **um mesmo** fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como previdenciários não podem exceder: 20% dos recursos em moeda corrente do RPPS; e 25% do patrimônio líquido do fundo de investimento;
- f) o total das aplicações do RPPS em **um mesmo** fundo de investimento deverá representar, no máximo, **20% do patrimônio líquido da emissora**.

4.8. Aplicações no Mercado Imobiliário

Arbitramos a NÃO exposição do patrimônio administrado pelo PREVIMPA aos fundos de investimentos imobiliários, devido à inexistência de necessidade deste tipo de diversificação.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A presente **Política de Investimentos** deverá ser revista anualmente a contar da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01.01.2008 a 31.12.2012 (60 meses).

5.2. Revisões extraordinárias ao período legal deverão ser realizadas sempre que houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros do PREVIMPA.

5.3. As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho de Administração do PREVIMPA para avaliação e autorização.

5.4. Observância quanto à manutenção da posição em vigor no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS (Pareceres nº 12/2004, 17/2004 e 34/2004) quanto à impossibilidade de depósitos de disponibilidades de caixa em instituições financeiras não-oficiais (bancos privados).

Por lado, propõe-se acompanhamento comparativo dos fundos de investimento de bancos privados, para fins de comparação e, na eventual mudança de entendimento do TCE/RS, reavaliação da alocação por instituição financeira, se for o caso.

5.5. É parte integrante deste plano de investimentos:

Anexo 1 – Cópia da Ata do Conselho de Administração, que aprova a presente Política de Investimento, devidamente assinada.